



COPA SENGE

ENGENHARIA BOA DE BOLA

Q.P.S e Mulambos foram os times vencedores da 4ª COPA SENGE DE FUTEBOL SOCIETY, campeonato realizado pelo SENGE Rio que terminou no dia 05 de agosto

PÁGS. 4 e 5

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

R\$ 4 bi

Essa foi a conta que o povo brasileiro pagou em emendas parlamentares para garantir o mandato de Temer.

PÁG. 3



TENTANDO SACIAR A SEDE COM ÁGUA SALGADA

A enorme debilidade política do (des) governo Temer elevou os processos de barganha por cargos, liberação de verbas públicas e outras formas de mercantilização da política ao extremo. O novo reduto dessas disputas passa a ser agora o quanto o governo admite de déficit fiscal para este ano. De 139 bilhões de reais já passou pra 159 bilhões e a última proposta é subir este teto para os 179 bilhões. Com isto o espaço para barganha política aumenta principalmente para os parlamentares ligados à sustentação de Temer aumentando suas regalias. Enquanto isso Temer continua por mais tempo à frente desta pantomima de governo. Até quando? Até que esta equação perversa seja desmontada. Por outro lado, continua a desmontagem do setor público, o estrangulamento do nosso sistema e a tentativa de vender o patrimônio público, segundo o governo, para fazer caixa. No dia 30 de Setembro está marcado o processo de licitação das usinas da CEMIG, significando a venda de 50% da geração de energia do estado de Minas Gerais. Como sabemos, a maior parte desse dinheiro não vai para o governo e sim para os bancos para pagar juros da dívida. E a voracidade do capital continua insaciável, o que justifica o título deste editorial.

Algo nebuloso, impublicável e corrupto está por trás da venda da CEDAE

ARY GIROTA*

O que está por trás da privatização da Cedae, a Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro? Fomos surpreendidos no dia 15 de agosto pela notícia de que um consórcio liderado por Concremat, Banco Fator e Vernalha Guimarães & Pereira Advogados Associados venceu o pregão realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para prestar serviços técnicos visando à privatização da Cedae.

A Concremat, aquela construtora responsável pela ciclovia da Avenida Niemeyer, ao custo de R\$ 44 milhões, que desabou matando duas pessoas no ano passado, ganhou da Price, Deloitte e Nielsen - consultorias internacionais que aconselham governos e auditam as maiores empresas do planeta.

A Concremat pertence à família de Antônio Viegas de Mello, ex-secretário de Turismo de Eduardo Paes. Tal situação já seria suficiente para uma suspeição, já que todos têm alguma relação com o PMDB de Michel Temer, Luiz Fernando Pezão, Jorge Picciani e Sérgio Cabral.

Já o banco Fator, em janeiro de 2017, acumulava prejuízo na ordem de R\$ 88 milhões e encerrou as operações de sua corretora no Rio.

Quanto ao escritório de advocacia, esse vai tentar dar um aspecto de solidez e legalidade ao processo, afinal de contas, no ramo do direito tudo é pautado na argumentação

e na conciliação de ideias.

Como duas instituições com problemas de comprometimento político, estrutural e financeiro, como a Concremat e o Banco Fator, podem estar qualificadas para avaliar o atual patrimônio da Cedae? E o que pode representar em termos de investimentos futuros no saneamento básico?

Na realidade, o processo de privatização da Cedae esconde a dilapidação do patrimônio público, a corrupção que levou ao caos financeiro no estado e a entrega de um setor estratégico do ponto de vista econômico e principalmente da saúde pública (tratamento, produção, distribuição de águas e esgotos).

A discussão deveria ser pautada primeiramente em quais custos e

benefícios a sociedade carioca teria com esta pseudo privatização, principalmente, no que concerne ao fictício socorro fiscal alardeado pelo governo federal. A impunidade e as relações promíscuas entre poderes da República e empresários parecem não ter se abalado com a Lava-Jato.

Talvez você, leitor, possa responder à pergunta inicial com relação ao que está por trás do interesse na venda açodada e descabida da Cedae.

"O processo de privatização da CEDAE esconde a dilapidação do patrimônio público"

* ARY GIROTA é delegado sindical - Stipdaenit/Cedae e Integrante do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe)



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Hermínio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 2.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Deputados rejeitam denúncia da PGR contra Temer, após liberação de R\$ 4bi em emendas

Agora, denúncia ficará paralisada até a saída de Temer do Planalto

Fonte: Brasil de Fato

Em sessão tumultuada na Câmara dos Deputados, no dia 02 de agosto, os parlamentares decidiram, por 263 votos contra a denúncia e 227 votos favoráveis, rejeitar a denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) contra o presidente golpista, Michel Temer (PMDB), acusado de corrupção passiva. O plenário analisou o relatório da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que indicava o arquivamento da denúncia contra Temer.

A sessão foi marcada por empurra-empurra, discussões e acusações proferidas por deputados da oposição, de que houve compra de votos por parte do governo para que parlamentares se alinhassem à base governista. De acordo com reportagem da *Folha de S.P.*, durante a sessão, representantes do Planalto negociavam a liberação de emendas parlamentares para garantir a votação favorável ao arquivamento da denúncia.

No mesmo dia, Temer exonerou dez ministros de seu governo, para que eles retornassem à Câmara. Na sessão,

eles votaram pelo arquivamento da denúncia de corrupção passiva.

Entre o início de junho e o final de julho, foram liberados mais de R\$ 4,2 bilhões para os deputados. Para se ter uma ideia, no período de janeiro até maio, antes de o caso da JBS vir à tona atingindo o chefe do Executivo, o governo havia liberado um montante de R\$ 102,5 milhões. Os números partem de um levantamento feito pela Organização Não Governamental (ONG) Contas Abertas.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) usou a tribuna para criticar a fala de deputados da oposição que fizeram firme defesa de Temer. “Isso demonstra a desqualificação total do Parlamento”, disse. Ele lembrou que 85% da população brasileira quer a saída de Temer da Presidência da República. “Como o Congresso Nacional faz ouvidos moucos e finge que não ouve a sociedade?”, questionou.

A votação do parlamento brasileiro permanece, de fato, dissociada dos anseios populares. Segundo pesquisa da CUT/Vox Populi, publicada nesta quarta-feira, 93% dos brasileiros acham que os parlamentares deveriam acatar o prosseguimento da investigação contra Michel Temer.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) apontou, também durante a sessão, que a “única solução possível é a democracia”, disse.

Zarattini também afirmou que Rodrigo Rocha Loures, assessor de Michel Temer, flagrado ao carregar uma mala com R\$ 500 mil para negociar, em nome do presidente golpista, propinas para atender interesses da empresa de proteína animal, JBS, “tem muito o que dizer, mas até agora não foi ouvido”.

Segundo o deputado Alessandro Molon (REDE-RJ), “esse é um momento que nós não esperávamos que o país passasse”, disse. “Os brasileiros estão cansados de ver o parlamento passar a mão na cabeça de quem comete crimes”, completou.

TUMULTO

Os deputados da base governista tentaram, durante toda a sessão, acelerar a votação no plenário da Câmara. Durante as falas na tribuna do plenário, que identificavam apoio irrestrito ao presidente golpista Michel Temer, os parlamentares seguiam trocando empurrões. Entre bate bocas acirrados, objetos eram arremessados de lado a lado.

Em sua fala, o deputado

Wladimir Costa (SD-BA), que apareceu com uma tatuagem de henna com uma bandeira do Brasil e o nome “Temer” escrito no ombro direito, afirmou que “Temer é um homem ético, transparente, tem história, tem preparo”.

Enquanto parlamentares da oposição criticavam sua fala, Costa os desafiou a derrubar o presidente golpista. “Vocês? Derrubar Temer? Cinegrafistas, nos mostrem. Porque quem é Temer mostra a cara e até tatua o nome aqui no ombro”, disse o deputado.

O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) disse que “Temer é um presidente que está fazendo um regime parlamentarista de governar, onde qualquer deputado, inclusive da oposição, pode ir lá conversar com ele. É um homem democrático, que respeita as instituições”, disse.

O QUE ACONTECE AGORA?

Com a rejeição à denúncia na Câmara dos Deputados, o processo penal contra Temer ficará paralisado até que o presidente golpista deixe o governo. No entanto, o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, deverá apresentar outras duas denúncias contra o peemedebista.

As novas denúncias teriam que percorrer o mesmo caminho da primeira, ou seja, ser analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois voltarem ao plenário da Câmara.

“**Como o Congresso Nacional faz ouvidos moucos e finge que não ouve a sociedade?**”

Deputado Ivan Valente (PSOL-SP)

Engenharia boa de bola



Q.P.S e Mulambos vencem a Copa Senge de Futebol Society 2017

Fotos: Claudionor Santana

Por Laura Ralola

Nem só de números vivem os engenheiros e as engenheiras. Na tarde ensolarada do dia 05 de agosto aconteceu, no Rio de Janeiro, a final da 4ª COPA SENGE DE FUTEBOL SOCIETY 2017. Os times Mulambos (masculino) e Q.P.S (feminino) deixaram a Associação Atlética da Light no fim da tarde levando os troféus de campeões do campeonato.

Em seu 4º ano consecutivo, a COPA SENGE contou, este ano, com a participação de 13 times masculinos e 3 femininos. O evento teve apoio da Caixa de Assistência dos Profissionais dos Creas - Mútua, e organização do diretor do SENGE Rio, Jorge Antonio. Estiveram presentes no evento o diretor da Fisenge, Clóvis Nascimento; a representante do Coletivo de Mulheres da Fisenge, Simone Baía; os diretores e diretoras do SENGE Rio Maria Virgínia Martins (RJ), Marco Antonio Barbosa (RJ), Luiz Cosenza (RJ), Carlos Antonio de Magalhães (SE) e o presidente do SENGE Rio, Olímpio Alves dos Santos.

De acordo com o engenheiro eletricitista José Chacom de Assis, eventos como este são fundamentais para congregarem socialmente os trabalhadores e trabalhadoras da engenharia. “O sindicato tem a função de lidar com a questão trabalhista, a defesa do profissional... mas é também necessário congregarem esses profissionais, que estão espalhados por tantos lugares. E a Copa Senge faz isso de uma forma muito bonita” afirmou Chacom.

Luiz Cosenza, diretor do SENGE RJ, também enfatizou a importância da congregação entre os trabalhadores e trabalhadoras no con-



Os times femininos foram destaque na COPA SENGE deste ano

O evento teve apoio da Caixa de Assistência dos Profissionais dos Creas - Mútua, e organização do diretor do SENGE Rio, Jorge Antonio

texto político atual, “momento em que a engenharia, responsável por parte expressiva do PIB brasileiro, está sendo massacrada”. Simone Baía, representante do Coletivo de Mulheres da Fisenge, acentuou a necessidade da união na atual conjuntura de intensa retirada de direitos. A engenheira química enfatizou também a importância da Copa Feminina para a integração das trabalhadoras para perto do sindicato.

O campeonato feminino, que começou a germinar na edição do ano passado, foi destaque este ano. Apesar de em 2016 ter acontecido um

amistoso feminino, não houve times suficientes para realização da Copa, “o que foi possível em 2017 graças a uma mobilização nossa”, conta Maria Virgínia Brandão. De acordo com Kenia de Souza Matos, autora do gol da vitória do Q.P.S, além da aproximação entre engenheiras e sindicatos, a iniciativa divulga o futebol feminino, “que é tão pouco valorizado em nosso país”.

OS JOGOS FINAIS

Os jogos que definiram o pódio da COPA SENGE 2017. A primeira disputa, entre os times Carrossel Carioca e Toca Raul, foi marcada por



Os diretores do SENGE Rio Jorge Antonio (à esquerda) e Luiz Cosenza, ao seu lado



Após a competição, houve uma confraternização com a presença da diretoria do SENGE Rio



Mulambos venceram a competição masculina



As jogadoras do time Q.P.S



Os troféus dados aos vencedores

muitos gols. O time Carrossel Carioca, eliminado nos pênaltis na semifinal, emplacou cinco gols garantindo o troféu do terceiro lugar. Já Toca Raul marcou um gol. De acordo com Franklin Duarte Viegas, responsável por dois gols do time, “mesmo em terceiro lugar o Carrossel Carioca fez uma ótima campanha. Saímos sem perder nenhum jogo... terceiro colocado invicto”.

A final do campeonato feminino foi o segundo jogo do dia. As meninas do Q.P.S já começaram em vantagem pelo saldo de pontos, mas o primeiro gol do jogo foi do time Sem Limites. O time campeão, entretan-

to, reagiu e empatou em seguida e no segundo tempo, Q.P.S virou e garantiu o primeiro lugar da Copa.

Por fim, Mulambos e Bonsucesso entraram em campo para disputar o primeiro lugar do campeonato masculino. Os dois times da final são veteranos da Copa Senge, tendo participado de todas as edições do evento mas nunca ganhando nenhuma. O jogo foi muito disputado, mas os Mulambos garantiram a vitória por 3 a 1.

O camisa 84 Michel, responsável por dois gols dos Mulambos, afirmou que o time foi se acertando durante o campeonato: “nos dois úl-

timos jogos nos acertamos, e quando o coletivo vai bem o individual acaba sobressaindo. Fiquei muito feliz de ter conseguido ajudar meu time a ser campeão. É a primeira vez que chegamos na final e ainda levamos o título de quebra!”.

Paulo Assis, representante do tradicional time Bonsucesso, afirmou que o Sindicato foi muito feliz na estruturação do campeonato: “é o retrato do futebol brasileiro e a mensagem que fica é que a organização continue trabalhando para que o campeonato melhore cada vez mais, pois os times estão cada vez mais apaixonados pela COPA SENGE.”

O campeonato feminino, que começou a germinar na edição do ano passado, foi destaque este ano

Juízes contra o povo

Segundo noticiou o El País, em 29 de julho de 2017, a Justiça argentina condenou quatro juízes federais da província de Mendoza, por acobertarem sequestros, torturas e assassinatos ocorridos durante o regime ditatorial.

Por Jorge Folena*

Segundo noticiou o El País, em 29 de julho de 2017, a Justiça argentina condenou quatro juízes federais da província de Mendoza, por acobertarem sequestros (inclusive de crianças), torturas e assassinatos ocorridos durante o regime ditatorial de 1973 a 1983. Os juízes federais foram condenados à prisão perpétua por crimes contra a humanidade.

A decisão argentina representa excelente precedente internacional, uma vez que as instituições judiciais e promotorias de justiça tiveram seus agentes anistiados, uma vez que não foram processados nem julgados por seus atos de colaboração com regimes ditatoriais.

Regimes ditatoriais fascistas, como o português de António de Oliveira Salazar/Marcelo Caetano (1933-74) e o espanhol de Francisco Franco (1939-1975), ao seu término, não tiveram suas decisões do passado julgadas por meio de uma justiça de

transição; o que deixou impunes diversos atos de exceção e delitos praticados contra a humanidade.

No Brasil, pouco ou quase nada foi investigado sobre a atuação dos juízes e promotores de justiça durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

No livro *Poder Judiciário e ditaduras brasileiras* (ARC Editor, 2015) descrevemos como a atuação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, entre 1.º de abril de 1964 e dezembro de 1968, foi fundamental para o endurecimento da segunda ditadura republicana brasileira, a partir de 1969.

Os juízes do Supremo Tribunal Federal, todos nomeados em governos civis anteriores a 1964, saudaram e aplaudiram a chegada da ditadura, no Plenário da Corte.

Ministros do Supremo Tribunal Federal tinham conhecimento de torturas, prisões ilegais, prisões de estrangeiros (em 1965) e colaboração com outras ditaduras (no que podemos inferir os passos iniciais da Operação Condor), além de

acusações baseadas em mera “convicção”, relativas a indivíduos sob suspeita de serem denominados de comunistas. Pode-se dizer que foi um exercício muito semelhante à teoria do “domínio do fato”, utilizada nos julgamentos do “mensalão” e da “lava jato”, pela qual foram impostas condenações a pessoas, mediante a suspeita de serem “chefes”, mas sem que tenha sido produzida uma prova sequer dos fatos delituosos a elas imputados.

A Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012 pela lei 12.528/2011, teve seus holofotes direcionados basicamente sobre os militares, como se estes fossem os culpados exclusivos pelos males do regime. Em decorrência, os trabalhos da Comissão colaboraram muito pouco para esclarecer a atuação de juízes e procuradores/promotores de justiça durante o golpe civil/militar de 1964-1985. E, caso tivesse atuado com profundidade em relação a essas instituições, muitas arbitrariedades e abusos

judiciais com que nos deparamos hoje poderiam ser evitados.

O Poder Judiciário, ao contrário do que costumam manifestar em suas sentenças os juízes do Supremo Tribunal Federal, como Celso de Melo, é muito pouco republicano, pois não existem neste Poder “igualdade e transparência”, requisitos fundamentais na República. O juízes se tratam entre si como “órgãos” do Estado e não como servidores do povo.

A sentença da justiça argentina, acima anunciada, chega até nós em um momento político importante e delicado, pois representa o resgate da história de agentes do Poder Judiciário que atuaram contra os interesses do seu povo e poderá servir de modelo para que se investigue a atuação de juízes e procuradores/promotores de justiça que conspiram contra seus próprios países, num traço típico de subversão colonial.

*Advogado e cientista social


Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e
conheça o curso de

**Autovistoria
Predial**

www.sengerj.org.br



art²⁷

**GARANTIA PARA O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE**

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Engenheiro analisa a importância da manutenção de elevadores

Luiz Antônio Fonseca Punaro Baratta é especialista em Transportes Verticais

Qual é a principal causa de acidente em elevadores? O senhor teve contato com algum recentemente? Conte-nos, por gentileza, sua experiência e sua vivência.

– Inicialmente, informo que no Brasil há em torno de 450 mil elevadores em operação e grande parte deles foram construídos e instalados com base nas ABNT NB 30 e ABNT 7192, hoje canceladas e substituídas pela ABNT NM 207 de 1999.

Para tanto, entrou em vigor a NBR 15597, válida a partir de 01/08/2010, que estabelece novas regras nacionais de segurança para elevadores. A norma, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), indica a existência de 75 riscos significativos, classificados em baixo, médio e alto. Faz-se necessária a atualização dos elevadores, com o intuito de adequá-los às novas regras, sendo uma boa oportunidade para os condomínios adotarem também novas tecnologias, com vista a proteger as pessoas e objetos contra os riscos de acidentes relacionados com as operações pelo usuário, de manutenção e emergência de elevadores.

Além disso, há uma tendência crescente na expectativa de vida das pessoas, além de pessoas com dificuldade de locomoção que devem ter seus direitos respeitados havendo acessos e facilidades para todos. Portanto, é muito importante fornecer um meio de transporte vertical adequado às pessoas com mobilidade reduzida, para que possam locomover-se sem o auxílio de terceiros.

Basicamente, existem três tipos de manutenções: Corretiva; Preventiva e Preditiva. Esta última permite garantir a qualidade de serviço desejada, com base na aplicação sistemática de técnicas de análise, para reduzir ao mínimo a manutenção preventiva e corretiva, porém quase não é aplicada.

Nenhum dispositivo de segurança pode ser desligado ou tornado inoperante, exceto para realização de testes ou inspeções, devendo ser colocado em operação quando os mesmos forem terminados.

A cada execução da conservação

de rotina, deverá ser feita, obrigatoriamente, uma inspeção sumária do aparelho de segurança e uma verificação do funcionamento da máquina, do freio, dos fechos eletromecânicos e dos contatos de porta, do estado dos cabos de tração, parachoques e demais itens de segurança.

“Entende-se por conservação de um Aparelho de Transporte a sua permanência em perfeito estado de funcionamento e segurança”, conforme art. 41 da Lei municipal 2743 do Rio de Janeiro.

O melhor é aprender como evitar acidentes em elevadores, e isso, pode começar a partir de uma manutenção preventiva que deve ser feita pelo fabricante ou empresas especializadas credenciadas no CREA e homologada na RioLuz/G.E.M. – órgão municipal do Rio de Janeiro.

2) Como é possível evitá-los? Como o cidadão pode minimizar ou evitar acidentes?

– Informaremos algumas ações, tais como jamais utilizar o elevador em caso de incêndio. O abandono do edifício deve ser feito pelas escadas;

Antes de entrar, verificar se a cabine está parada no andar, visto que inúmeras falhas mecânicas permitem, às vezes, que a porta se abra sem a presença do elevador o que já provocou acidentes fatais;

Observar, ao entrar ou sair, se existem degraus que se formam quando o mesmo para desnivelado com o pavimento;

Quando o elevador parar entre dois andares, os ocupantes devem manter-se calmos, basta acionar o botão de alarme ou interfone para pedir ajuda para a empresa conservadora ou do Corpo de Bombeiros. Evitar forçar a abertura das portas e jamais tentar sair por conta própria mesmo com ajuda de outros, visto que elevador poderá a funcionar no momento em que estiver saindo, já que não foi devidamente desligado;

O excesso de lotação e de carga é perigoso podendo acarretar desgastes

prematureos no equipamento. Os elevadores modernos já possuem alarme sonoro para detectar excesso de peso, e o travamento do mesmo é automático no andar, até que o peso estabelecido seja respeitado.

Orientar as crianças a não viajarem sozinhas nos elevadores, dentre outras ações.

3) Qual é o papel dos administradores de prédios e síndicos? Qual é o papel da engenharia e dos engenheiros nesse processo? Quais as principais especialidades de engenharia que podem atuar na prevenção dos acidentes em elevadores?

Os proprietários e os síndicos eleitos muitas vezes desconhecem as responsabilidades e o funcionamento dos equipamentos. No decorrer do contrato surgirão necessidades de autorizações destes, para que sejam procedidos serviços de conservação corretiva e preventiva por empresa legalmente habilitada que objetivem a observância da Lei n.º 2.743 de janeiro de 1999 do município do Rio de Janeiro e desembolso de quantia às vezes elevadas para esses serviços de conservação.

Atualmente, os síndicos estão contratando os serviços de assessoria técnica e/ou consultoria técnica, profissionais que deverão possuir a formação em Engenharia Mecânica, conforme preconiza a Resolução 218 de 29 de junho de 1973¹ do CREA, para que possam dirimir quaisquer dúvidas decorrentes ao contrato de conservação dos equipamentos, obtendo auxílio no entendimento dos procedimentos efetuados e a serem exe-

1) Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletromecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

cutados pela empresa contratada.

O conceito de contratar uma assessoria técnica (engenheiro mecânico) não pode ser visto como custo e sim como investimento, já que trata do desempenho e segurança dos equipamentos em questão. Portanto, cabe ao engenheiro mecânico a responsabilidade técnica das empresas conservadoras e das empresas de consultorias.

4) Acredita que a lei da autovistoria já ajudou ou pode ajudar a diminuir ou minimizar os acidentes em elevadores?

– Sim. Mas, precisamos deixar claro que os proprietários dos aparelhos de transportes verticais ou seus representantes responderão pelos danos causados a terceiros, quando contratarem pessoas, Sociedades ou Entidades não habilitadas e não registradas no Órgão Municipal Competente no manejo e conservação dos equipamentos. Também quando permitirem interferência de terceiros sem anuência da conservadora devendo se precaver diante desse tipo de empresas. Aqui poderemos citar profissionais que atuam na autovistoria sem possuir a habilitação necessária, estes poderão analisar erroneamente a situação encontrada nos equipamentos.

Cabe destacar a necessidade do trabalho de profissionais habilitados, como os engenheiros mecânicos. Contudo, na autovistoria o vistoriador difere da assessoria técnica e/ou consultoria técnica, pois o profissional designado na autovistoria irá verificar alguns elementos de segurança, minimizando os acidentes. Porém, sem dúvida os consultores técnicos serão os olhos do síndico e do condomínio, para avaliar e exigir que as condições de segurança dos seus elevadores mantenham-se amparadas pela Lei n.º 2.743 de janeiro de 1999 deste município, em forma de check-list completo.

* Engenheiro Mecânico e Engº de Segurança do Trabalho **Luiz Antônio Fonseca Punaro Baratta**; Especialista em Transportes Verticais (Elevadores e Escadas Rolantes); Conselheiro Regional e Coordenador do CREA/RJ pelo SENGE Rio.

SENGE Rio recebe lançamento de livros

Evento foi realizado no dia 04 de agosto e lotou o auditório do Sindicato.

Fotos: Adriana Medeiros

O auditório do SENGE Rio ficou lotado no dia 04 de agosto para receber um lançamento de livros. Na ocasião, os professores João Pitillo, Ricardo Quiroga Vinhas, Roberto Santana e Francisco Carlos Teixeira da Silva – historiadores da UERJ, UFRRJ e UFRJ – fizeram um breve balanço das “batalhas decisivas” da Segunda Guerra Mundial e da memória do conflito mais trágico do século XX que, ainda hoje, infelizmente, marca a política e a sociedade europeia e mundial.

Além disso, o cientista político e advogado, militante dos direitos civis, Jorge Folena, da UCAM, faz – através dos seus livros “A Constituição Rasgada” e “Intervenção Judicial” – uma análise da atual situação política e institucional do Brasil e das perspectivas do sistema político nacional. Por fim, os professores Maurício Parada, da PUC, e Francisco Teixeira, CPDA/UFRRJ/UFRJ, apresentaram a coleção “Políticas Educacionais e Traumas Coletivos” (volumes 1 e 2), voltada para a análise (volume 1) das políticas educacionais nos regimes autoritários; e o ensino da história e dos traumas coletivos (volume 2).

Participaram da mesa de abertura o presidente do SENGE Rio, Olímpio Alves dos Santos, o vice-presidente



O advogado e cientista social Jorge Folena, o vice-presidente do SENGE Rio, Clovis Nascimento, e o professor e historiador Francisco Teixeira



Auditório do Sindicato ficou lotado para o lançamento



O presidente do SENGE Rio e o cônsul russo, Mikahil Gruzdev

do SENGE Rio e presidente da Fisenge, Clovis do Nascimento Filho, e o cônsul da Rússia no Rio de Janeiro, Mikhail Gruzdev.

Sobre a importância do evento, Clovis Nascimento destacou que a luta do Sindicato não é apenas corporativa. “O SENGE Rio luta pelo desenvolvimento econômico, políti-

co e cultural. É preciso fazer um resgate da história para a construção do futuro”, defendeu.

Com a presença do cônsul russo, o presidente do SENGE Rio aproveitou para engrandecer o papel da Rússia na Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, o exército do país teve atuação fundamental na luta contra o nazismo.

“Infelizmente, hoje vivemos momentos difíceis, que podem nos levar a uma nova brutal regressão. Esperamos que dessa vez não só o povo russo ‘agente o tranco’, mas que outros entrem na batalha para lutar contra essas regressões que se anunciam, como a escravidão dos povos”, afirmou Olímpio.



Senge·RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br